



MAÇONARIA ADVERTE:

Iniciativa da ONU pode provocar independência política e administrativa de nossas nações indígenas. – Pág. 7

MARINHA DESENVOLVE uma série de ousados projetos de segurança, entre eles o sistema de gerenciamento da chamada "Amazônia Azul". – Pág 4


ADESG reúne em almoço no Clube de Aeronáutica a alta cúpula da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Pág 10

NO PRÓXIMO NÚMERO estaremos publicando ampla reportagem sobre "Indústria da Defesa", com informações sobre o que há de mais moderno no setor.


COMPETÊNCIA RECONHECIDA A SERVIÇO DA DEFESA E SEGURANÇA

CONSENTI



 - Construção de Submarinos



 - Míssil Ar-Ar de Curto Alcance

A Odebrecht Defesa e Tecnologia atua na gestão e implantação de grandes projetos na área de Defesa e Segurança, desde sua estruturação, arquitetura financeira, desenvolvimento de tecnologias brasileiras, produção e integração industrial no país, garantindo o gerenciamento integrado de todas as etapas desses projetos, bem como execução e performance.

ODEBRECHT
Defesa e Tecnologia

www.odebrecht.com



CONSELHO EDITORIAL

DPF. PEDRO LUIZ BERWANGER
C. ALTE WILSON MONTALVÃO
GEN. MÁRCIO TADEU B. BERGO
BRIG. WILSON NUNES VIEIRA
CMG. JOSÉ HERIBERTO COSTA
PROF^a. LÍCIA MENDES NEVES
PROF^o. ÉDSON SCHETTINE

As matérias são de inteira responsabilidade de autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas

COORDENADOR:

David Klajmic

JORNALISTA:

Niland Carneiro

DIAGRAMAÇÃO E ARTE:

Murilo Lins

PRODUÇÃO GRÁFICA:

Juvenil de Siqueira

REVISTA:

Revista **ADESGUIANO**

Publicação mensal
Abril 2012
Ano 37 - Nº 265
Tiragem 20.000 exemplares

ENDEREÇO:

Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, nº 25
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22030010 - Tel.: 2262-6400
Fax: 2223-1834

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

www.adesg.org.br
http://adesg-an.blogspot.com

E-MAIL:

adesg@adesg.org.br

IMPRESSÃO:

Ediouro Gráfica e Impressora Ltda.



Na defesa dos interesses nacionais

Dr. Pedro Luiz Berwanger

Como se sabe, a Maçonaria é uma das instituições mais importantes e tradicionais do Ocidente. Suas origens remontam à Idade Média. No Brasil, a ordem maçônica esteve presente desde a colonização e contribuiu de forma decisiva para a independência, já que Dom Pedro I, José Bonifácio, Gonçalves Ledo e muitos outros líderes do movimento pertenciam ao chamado Grande Oriente.



Embora os grupos liderados por Bonifácio e Ledo sempre tenham trabalhado pelo objetivo principal da independência, eles defendiam também posições divergentes. Enquanto Bonifácio propunha que o Brasil independente mantivesse um relacionamento de coalizão com Portugal, Ledo pretendia o rompimento total da Coroa lusitana.

Diante da acirrada disputa entre os dois grupos, que persistiu após a declaração da independência, Dom Pedro determinou, como Grão Mestre e como Imperador, que o Grande Oriente fosse fechado. E só em 1831, depois da abdicação de Dom Pedro, é que a Maçonaria renasceria no país, através de dois grandes troncos: o Grande Oriente Brasileiro, que desapareceria cerca de 30 anos depois, e o Grande Oriente do Brasil, que se mantém até hoje.

Desde a Independência, a Maçonaria brasileira foi integrada pelos principais nomes da Política, da Justiça e das Forças Armadas, como Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant, Duque de Caxias, Bento Gonçalves, Joaquim Nabuco, Lauro Sodré, Marquês do Herval, Quintino Bocaiúva, Campos Salles, Prudente de Moraes, Ruy Barbosa, Barão do Rio Branco, Washington Luiz, Wenceslau Braz e tantos mais.

Na verdade, a ordem maçônica jamais deixou de defender os interesses do país. A mais recente luta em que a instituição está empenhada é a preservação da soberania brasileira sobre os territórios das 206 nações indígenas, hoje sob ameaça, devido a um tratado internacional aprovado pela ONU – a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

A atuação da Maçonaria nos dias de hoje é o assunto principal desta edição de nossa revista, que aborda a estratégica questão indígena sob um enfoque jamais visto na imprensa brasileira, em perfeita consonância com as diretrizes que norteiam a atuação da ADESG desde a sua criação, sempre dedicada à defesa intransigente dos interesses nacionais.

Forte abraço,
o Presidente

Critique, comente, sugira. Aguardamos sua opinião.

OS PROJETOS PRIORITÁRIOS DA MARINHA

POR: JULIO SOARES DE MOURA NETO
Almirante-de-Esquadra / Comandante da Marinha



Corveta Barroso
Projetada e construída no Brasil

A Marinha do Brasil tem a missão de preparar e empregar o Poder Naval a fim de contribuir para a defesa da Pátria e de atender as suas atribuições subsidiárias previstas em Lei, com ênfase naquelas relacionadas à Autoridade Marítima.

Para cumprir essas tarefas, a Força vem se empenhando em defender e monitorar as fronteiras marítimas e fluviais do Brasil e em manter a segurança da navegação. Para tal, deve atuar na “Amazônia Azul”, que engloba um litoral de 8.500 km, com cerca de 40 portos, e dimensões da ordem de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, além de uma extensa malha hidroviária, com 40.000 km de rios navegáveis, dos quais 20.000 km na Bacia Amazônica; bem como uma imensa área de busca e salvamento marítimo, que corresponde a uma vez e meia o nosso território.

Portanto, as responsabilidades são imensas, que incluem a vigilância das águas, a segurança da navegação e a segurança da vida humana no mar.

Para dar continuidade a essas ações, estão sendo desenvolvidos os projetos prioritários, abaixo elencados, que permitirão que a Marinha disponha de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais que assegurem a indispensável proteção das porções marítima e fluvial de interesse para o País:

- O Programa Nuclear da Marinha (PNM) e o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) serão abordados em artigos separados, atendendo à solicitação da editoria da revista;

- Programa de Obtenção de Meios de Superfície (PROSUPER) - contempla a obtenção de cinco navios escolta, cinco navios-patrolha de 1800 toneladas e um navio de apoio logístico, que deverão ser construídos no Brasil, por meio de uma associação entre o estaleiro projetista internacional com um ou mais brasileiros, em contratos comerciais amparados por Acordos Governamentais, nos quais se estima que sejam gerados empregos diretos e indiretos, além da capacitação dos estaleiros nacionais e da transferência de tecnologia;

- Programa de Obtenção de Navios-Patrolha - abrange a construção de



Navio Patrulha Macaé



Navio Patrulha Graúna

quatro navios-patrolha de 200 toneladas que terão capacidade de operar na área marítima e nos rios da Amazônia; de quarenta e seis navios-patrolha de 500 toneladas para o apoio às atividades de Inspeção Naval, de fiscalização no Mar Territorial, Zona Contígua e Zona Econômica Exclusiva, em conformidade com a legislação brasileira; e de doze navios-patrolha oceânicos de 1800 toneladas, que são navios de maior porte e de maior capacidade de permanência no limite das Águas de Jurisdição Brasileiras, que inclui a zona de exploração de petróleo da camada do "Pré-Sal".

Desse modo, a Força poderá dispor de meios apropriados em apoio aproximado à segurança de grandes eventos internacionais, que serão sediados em nosso País, destacando-se: a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (RIO + 20), este ano; a Jornada Mundial da Juventude Católica, em 2013; a Copa do Mundo de Futebol, em 2014; e os Jogos Olímpicos Mundiais, em 2016, uma vez que os navios terão a capacidade de receber um helicóptero de médio porte e duas lanchas rápidas, para interceptação de embarcações;

- Sistema de Gerenciamento da "Amazônia Azul" (SisGAAz) - para o monitoramento e o controle de nossas

águas jurisdicionais e a realização de operações de Socorro e Salvamento, a Marinha está desenvolvendo o Sistema de Gerenciamento da "Amazônia Azul" (SisGAAz), que será um integrador de vários sistemas, proporcionando uma modernização da atual estrutura de Comando e Controle e provendo uma complexa e abrangente vigilância, proteção e defesa, composto por meios operacionais e por diversos tipos de sensores que integrarão as redes de informação e de apoio à decisão.

Todos os dados reunidos, nos vários níveis de atuação, contribuirão para a obtenção de uma acurada compilação situacional da área marítima coberta por esse sistema. Isso possibilitará à Força uma rápida reação a eventuais ameaças detectadas e identificadas, contribuindo para a proteção e a defesa dessa nossa imensa área marítima;

- Projeto "Amazônia Segura" - o incremento do Poder Marítimo observado nos últimos anos, decorrente do desenvolvimento do comércio exterior brasileiro, das atividades de pesquisa e exploração de petróleo e gás, do turismo náutico e da pesca gera, na mesma proporção, a ampliação dos serviços exigidos das Organizações Militares componentes do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA), isto é, as Capitânicas, Delegacias e Agências.

Para fazer frente a esse aumento, foi desenvolvido o Projeto "Amazônia Segura", que consistirá em uma ampliação das atividades nas regiões Amazônica e Centro-Oeste, adensando a presença nas fronteiras e nas grandes bacias fluviais dos rios Amazonas e Paraguai-Paraná, empregando, para isso, navios-patrolha e navios-transporte, ambos com capacidade de operação com helicópteros e adaptados ao regime das águas, priorizando a mobilidade e a logística nessas singulares regiões. Desse modo, serão necessárias a criação e a elevação de categoria de Capitânicas, Delegacias e Agências Fluviais; a construção de navios apropriados; e a criação de batalhões de operações ribeirinhas.

- 2ª Esquadra e a 2ª Força de Fuzileiros da Esquadra - não só por razões históricas, a nossa Esquadra foi instalada no Rio de Janeiro, mas também, em face à concentração do poder econômico do País junto ao litoral das regiões Sudeste e Sul, bem como em razão da proximidade com as maiores bacias petrolíferas marítimas. Com a ampliação dos meios e a crescente importância estratégica das regiões Norte e Nordeste, foi visualizada a necessidade da Força possuir uma 2ª Esquadra e uma 2ª Força de Fuzileiros da Esquadra que seriam responsáveis pela proteção da foz do rio Amazonas.

A implantação desse Projeto necessitará de apoio dos setores governamentais Federal, Estadual e Municipal, por se tratar de um objetivo de magnitude estratégica, com a necessidade de se obter, também, a parceria de empresas privadas que permitam alavancar recursos para implantação das obras civis no prazo de 10 anos. Com isso, a Força estará contribuindo, também, para a geração de empregos e o aumento da arrecadação; o desenvolvimento da construção civil; e o desenvolvimento da indústria e do setor do comércio.

Ao abordar esses projetos considerados prioritários, é possível constatar que a Marinha está buscando atingir metas ambiciosas, tendo sido tomadas medidas, com vistas à consolidação de uma Força equilibrada e balanceada, à altura de suas atribuições constitucionais e da crescente relevância político-estratégica do Brasil no cenário internacional.



MAÇONARIA DENUNCIA AMEAÇA À SOBERANIA

Por: Carlos Newton

Iniciativa da ONU pode facilitar a declaração da independência política e administrativa das 206 nações indígenas que hoje existem em território brasileiro

A questão da Amazônia tem sido uma das maiores preocupações da Maçonaria, especialmente depois da espantosa proliferação de Organizações Não-Governamentais (ONGs) na região, financiadas com recursos externos destinados a estudar e explorar a biodiversidade e as riquezas minerais existentes.

Por determinação expressa do Grande Oriente do Brasil, durante os anos de 2006 e 2007 foi efetuado um estudo denominado "Amazônia, Soberania Nacional", elaborado por grupos de trabalho da Loja Maçônica Dois de Dezembro, coordenados pelo advogado Celso Serra.

Em 28 de setembro de 2006 foi apresentado o estudo preliminar e em 22

de novembro de 2007 o relatório final, que enfatiza a necessidade da tomada de "ações concretas" em relação a essas ONGs, especialmente diante da aprovação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Pressão na ONU

Durante cerca de 20 anos de discussões, a delegação brasileira na ONU sempre foi contrária aos termos originais dessa Declaração, por representarem um reforço ao movimento pela internacionalização da Amazônia, que existe, não é nenhuma brincadeira.

Surpreendentemente, porém, na votação final, em 13 de setembro de 2007, diante da forte pressão de uma série de países liderados pela França, os diplomatas brasileiros acabaram votando a favor. A Declaração foi então aprovada com 143 países, havendo 11 abstenções e quatro votos contra - Canadá, Estados Unidos, Nova Zelândia e Austrália. A Colômbia foi o único país ibero-americano que não votou a favor, se abstendo.

A delegação brasileira foi convencida a votar a favor, em função de altera-





ções feitas na redação original à qual o governo se opunha, mas depois se constatou que o texto final ficara arduamente dúbio, permitindo interpretações que poderiam justificar a possibilidade de independência política e econômica das 206 nações indígenas existentes no país e que já detêm cerca de 20% do território nacional.

E tudo isso aconteceu nos bastidores, porque nenhum jornal ou revista da grande imprensa publicou nada a respeito, com detalhes, mostrando os efeitos que a aceitação dos termos da Declaração poderia acarretar para o Brasil.

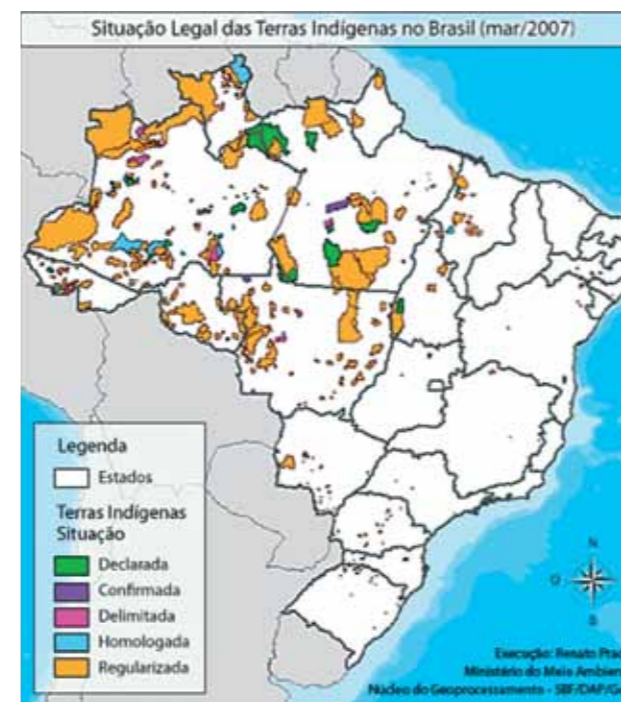
Sem ratificação

Estávamos em 2007, no início do segundo governo Lula. Houve forte

reação das Forças Armadas, porque o assunto é da maior gravidade. E essas discussões acabaram conduzindo à seguinte solução: o governo não encaminharia à ratificação do Congresso a Declaração assinada na ONU, que constitucionalmente não pode vigorar no Brasil enquanto não tiver aprovação do Legislativo.

Esta foi a forma encontrada para que o Brasil não seja obrigado a cumprir os artigos que garantem independência política, administrativa, econômica e social às chamadas nações indígenas, o que obviamente facilitaria o movimento pela internacionalização da Amazônia, uma das maiores preocupações dos especialistas em segurança nacional.

"O governo não encaminharia à ratificação do Congresso a Declaração assinada na ONU, que constitucionalmente não pode vigorar no Brasil enquanto não tiver aprovação do Legislativo".



Por isso, até hoje a Declaração da ONU não foi encaminhada ao Congresso. Se o governo brasileiro já estivesse cumprindo integralmente os termos desse tratado internacional, nem haveria discussão para anular o contrato recentemente assinado por índios do Pará, que venderam à empresa irlandesa Celestial Green Ventures, por US\$ 120 milhões, os direitos sobre uma área de reserva naquele Estado.

Reivindicações

Ao mesmo tempo, surgem notícias que as tribos indígenas da chamada Amazônia Legal, que detêm cerca de 25% do território brasileiro de reserva ambiental, onde é proibida atividade econômica, estão mobilizadas para defender a mineração nessas áreas de preservação. E não se trata de um movimento brasileiro, mas de caráter internacional.

Representantes de etnias do Brasil, da Colômbia, do Canadá e do Alasca prepararam uma "carta declaratória" aos governos brasileiro e colombiano, reivindicando os direitos indígenas à exploração econômica das reservas ambientais. "Solicitamos ao Estado

brasileiro a aprovação da regulamentação sobre mineração em territórios indígenas, porque entendemos que a atividade legalmente constituída contribui com a erradicação da pobreza", diz o documento.

Se a Declaração da ONU for cumprida, as tribos nem precisam reivindicar o direito de mineração, porque serão países independentes. O pior é que, mesmo se o governo brasileiro continuar sem cumprir o tratado, poderá até ser obrigado a fazê-lo, porque as nações indígenas já estão procurando os tribunais internacionais da OEA e da própria ONU, para exigir a "autonomia política, econômica e social" que a Declaração tenta lhes conceder.

Agora em junho, na Conferência da ONU sobre Meio Ambiente, a ser realizada no Rio de Janeiro, o principal assunto será a criação do Tribunal Internacional do Meio Ambiente, que terá poderes de sancionar países infratores, como poderá ser o caso específico do Brasil, caso as nações indígenas continuem recorrendo aos tribunais internacionais.



O QUE DETERMINA A DECLARAÇÃO DA ONU

Conheça abaixo os principais dispositivos da Declaração da ONU e entenda por que as nações indígenas brasileiras já se julgam independentes e autônomas e começam a vender para empresas estrangeiras os direitos sobre as terras que ocupam:

Artigo 3º

Os povos indígenas têm direito à autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livremente sua condição política e buscam livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

Artigo 4º

Os povos indígenas, no exercício do seu direito à autodeterminação, têm direito à autonomia ou ao autogoverno nas questões relacionadas a seus assuntos internos e locais, assim como a disporem dos meios para financiar suas funções autônomas.

Artigo 20

§ 1. Os povos indígenas têm o direito de manter e desenvolver seus sistemas ou instituições políticas, econômicas e sociais, de que lhes seja assegurado o desfrute de seus próprios meios de subsistência e desenvolvimento e de dedicar-se livremente a todas as suas atividades econômicas, tradicionais e de outro tipo.

Artigo 26

§ 1. Os povos indígenas têm direito às terras, territórios e recursos que possuem e ocupam tradicionalmente ou que tenham de outra forma utilizado ou adquirido.

§ 3. Os Estados assegurarão reconhecimento e proteção jurídicos a essas terras, territórios e recursos. Tal reconhecimento respeitará adequadamente os costumes, as tradições e os regimes de posse da terra dos povos indígenas a que se referam.

Artigo 45

Nada do disposto na presente Declaração será interpretado no sentido de reduzir ou suprimir os direitos que os povos indígenas têm na atualidade ou possam adquirir no futuro.

ALMOÇO REÚNE ALTA CÚPULA DA SEGURANÇA DO RIO



Dr. Pedro Berwanger, Pres. da ADESG-NA e Super. Reg. do DPF, Dr. Valmir Lemos de Oliveira



Alte Wilson Montalvão - 1º Vice-Pres. da ADESG-NA e o Cel Robson Rodrigues da Silva - Chefe do Estado-Maior da PMRJ



Brigadeiro Hélio Gonçalves e o Dr. Alexandre Silva Bueno, Sub. do Super. Reg. da PRF



A Dra. Marta Rocha, Delegada-Chefe de Polícia Civil do RJ e Adm. Profª Lícia Mendes Neves, Diretora de Comunicação Social da ADESG-NA



Da esquerda para a direita: Gen Licínio Nunes de Miranda Filho, Ex-Pres. da ADESG, Brig Hélio Gonçalves, Brig Carlos de Almeida Baptista - Pres. do Clube da Aeronáutica, Dr. Pedro Luiz Berwanger, Pres. da ADESG, Dra. Marta Rocha, Delegada Chefe de Polícia Civil do RJ, Dr. Valmir Lemos de Oliveira, Super. Reg. do DPF, Dr. Alexandre Silva Bueno, Sub. do Sup. Reg. da PRF, Alte Wilson Montalvão - 1º Vice-Pres. da ADESG e Cel Robson Rodrigues da Silva - Chefe do Estado-Maior da PMRJ.

A Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra promoveu, no dia 29 de março último, no Clube de Aeronáutica, um almoço para homenagear a cúpula da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, pelo reconhecimento ao trabalho que vem sendo realizado em prol da população fluminense, o que garante, também, a tranquilidade do grande número de turistas que circulam pelos grandes cen-

tros da Região. Na ocasião, os homenageados presentes - Dr. Valmir Lemos de Oliveira, Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal, Dr. Alexandre Silva Bueno, Substituto do Superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal, Dra. Marta Rocha, Delegada Chefe de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e Coronel Robson Rodrigues da Silva, Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - receberam placas

alusivas ao evento. Autoridades nacionais, estaduais e municipais, além de adesguianos marcaram presença.

Para o Presidente da ADESG Nacional, Dr. Pedro Berwanger, o encontro, que teve a cobertura da Rede TV e da Revista Caxias Magazine, "mostrou que a chama de união desta importante instituição brasileira está cada vez mais forte e aquecendo as filosofias que tem como objetivo o fortalecimento da democracia".

MUDANÇA X MOTIVAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES



Profª Lícia Mendes Neves

Diretora de Comunicação Social da ADESG Nacional, Administradora e Ouvidora do Instituto Mendes de Educação e Cultura - IMEC; Diretora de Treinamento e Desenvolvimento da Empresa Lupa Consultoria e Treinamento, Professora da Pós-Graduação em Gestão de Segurança Empresarial - Faculdade SENAC/RJ, Professora da Pós-Graduação de Gestão Estratégica de Recursos Humanos da Universidade Candido Mendes - Provirtu@; Especialista em Logística e Mobilização Nacional - Escola Superior de Guerra - ESG e Segurança nas Organizações- UNESA. - E-mail: liciamendes@yahoo.com.br

Segundo a psicologia a motivação é a força propulsora por trás de todas as ações de um organismo.

Pode ser considerada como o processo responsável pela intensidade, direção, e persistência dos esforços de uma pessoa para o alcance de uma determinada meta ou objetivo.

O dicionário Silveira Bueno da língua portuguesa descreve motivação como exposição de motivos ou causas; animação; entusiasmo, bem como descreve mudança como ato ou efeito de mudar; substituição.

A motivação é baseada em emoções que brotam de forma positiva nos seres humanos como uma catapulta para o sucesso, seja ele pessoal ou profissional.

Existem várias maneiras de se identificar em uma pessoa o seu grau de motivação e conseqüentemente o seu envolvimento como fator gerador de

comprometimento, inspiração, ânimo / entusiasmo e satisfação.

A mudança seja ela em caráter profissional ou pessoal, é uma transformação ou substituição que requer a capacidade de compreensão e sensibilidade, bem como atualizar-se e visualizar o futuro.

Em âmbito profissional, cabe aos gestores a sensibilidade, aliada ao conhecimento, para monitorar frequentemente o grau de motivação de sua equipe e as possibilidades de desequilíbrio dentro do ambiente de trabalho.

Além dos fatores importantes de motivação como, clima organizacional agradável, reconhecimento, respeito e parceria entre os indivíduos, em um ambiente de trabalho, cabe aos gestores a percepção para o planejamento de treinamentos, como uma forma de manutenção dos conhecimentos técnicos necessários para a função e a importância destes, serem executados

de forma correta, bem como, proporcionar segurança em suas tomadas de atitudes em consonância à missão da Organização e a sua imagem junto o mercado.

A mudança na motivação dos colaboradores provavelmente não apanhará os gestores de surpresa, se estes estiverem "anteados" e preparados, se antecipando as mesmas.

É sempre tempo de recomeçar! Cabe a reflexão sobre os erros do passado, para o planejamento do futuro, de forma racional e objetiva, conhecendo bem a equipe e seu potencial.

Mudanças são necessárias e quanto mais rápido nos movimentamos a conhecer e usufruir o novo sem medo, mais rápido poderemos saborear a conquista de uma nova realidade.

É preciso persistir, olhar além dos limites, antever acontecimentos estimular a criatividade, trabalhar em equipe, desafiar inovações e conceitos.



O Presidente da ADESG, DPF Pedro Berwanger, o Presidente do Clube de Aeronáutica Tenente Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista e o Tesoureiro da ADESG/Nac CMG José Heriberto Costa na solenidade de promoções na FAB.



Presentes à comemoração dos almirantes promovidos, o atual Comandante da Marinha, Alte. de Esq. Julio Soares de Moura Neto e o Presidente da ADESG Pedro Berwanger, visto na outra foto com o Alte. de Esq. Carlos Augusto de Souza, designado para assumir a função de Chefe de Assuntos Estratégicos do Estado Maior das Forças Armadas



Na foto o Professor Inácio Loyola Pereira Campos Delegado da ADESG-MG e a Professora Eva Tiomno na cerimônia de entrega do diploma de agradecimento ao General de Divisão Ilídio Gaspar Filho, Comandante da IV região Militar e ao lado a entrega ao Tenente Coronel da PM, Marcio Martins Sant'ana Comandante Geral da PMMG a entrega do diploma de agradecimento da ADESG.

AMAZUL VAI GARANTIR RETORNO DE SEUS ESPECIALISTAS AO PAÍS

O Governo decidiu criar mais uma empresa pública, desta vez para agregar todos os especialistas em energia nuclear. Trata-se da Amazul - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A., cujo projeto de criação foi encaminhado no dia 21 março último ao Congresso Nacional, em forma de Projeto de Lei. De acordo com a mensagem, a Amazul será vinculada ao Comando da Marinha e englobará todos os técnicos altamente especializados ao projeto nuclear brasileiro, para tentar evitar a fuga de cérebros do País. A nova empresa poderá pagar aos especialistas melhores salários dos que atualmente são pagos no Projeto Aramar, da Marinha, em Iperó (SP). Da mesma forma, serão contratados pela nova empresa, os engenheiros que estão trabalhando na França, no projeto do submarino nuclear brasileiro, e que poderão retornar ao Brasil nos próximos meses.

Apesar de ter sido encaminhado como PL, o governo espera que a criação da Amazul aconteça até o meio do ano. Muitas reuniões já foram feitas entre a área militar e a frente parlamentar de apoio aos setores da Defesa, que prometeu aprovar rapidamente o texto.

De acordo com o Governo, a estrutura da Amazul será a mais objetiva e racional possível.

DELEGADO DE GOIÁS TOMA POSSE EM RITMO DE TRABALHO

A nova Diretoria Executiva da ADESG/Goiás, que estará à frente da Delegacia Regional naquele Estado, no biênio 2012/1013, tomou posse no dia 26 de março, em solenidade que aconteceu no auditório da Assembleia Legislativa goiana. Segundo o novo Presidente, Coronel José Jorge Vieira, a entidade já está com todo o esquema montado para dar início ao XXIV CEPE, no dia 2 de maio, cujo término está previsto para o fim de outubro. Ele adiantou que a aula inaugural se dará no auditório Jaime Câmara, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, sendo proferida pelo Vice-Governador do Estado, Dr. José Guimarães Junior. O tema a ser abordado será "Goiás – Desafios e Oportunidades".

O Coronel José Jorge disse ainda que está sendo grande a procura pelo Curso de Estudos de Política e Estratégia, mas como o número de vagas foi estipulado em 50, não há como atender a demanda. O fato – segundo ele – contraria o que vinha ocorrendo anteriormente, quando mesmo com um efetivo trabalho de recrutamento tal êxito não era alcançado.



A Diretoria da ADESG em visita às instalações da CEFAN foi recebida pelo seu Comandante, Contra-Almirante Fuzileiro Naval Fernando Cesar da Silva Motta que também é o Chefe da Comissão de Desportos da Marinha. No centro, o MN Gidelson, Medalha de Ouro na competição de boxe dos V Jogos Mundiais Militares, ladeado pela comitiva da ADESG



Na foto da reunião da Turma ESG 1981, no Clube de Aeronáutica, o Presidente da ADESG ladeado pelos Adesguianos Alte. Edésio Araripe, Gen. Durval Nery, representante da Turma DR. Fernando Gomes, DPF Edyr Carvalho, Cel. Av. Leozinger, Cmte. (FN) Jaime Cesar, Cel. Barros Moreira, Cel. Ex. Souto Maior, Comte. Marcílio Dias e Cel. Nei Correia

INDÚSTRIA DA SEGURANÇA

O grande interesse da sociedade brasileira a respeito do que seja "Defesa" e a interação com a "segurança", tanto do cidadão comum quanto do Estado, é o que nos induz a dedicar o próximo número para conhecermos um pouco mais o que vem a ser a Indústria da Defesa no Brasil. As empresas públicas e privadas envolvidas no tema aguardam as definições governamentais que já se mostram favoráveis à atualização e modernização do nosso parque industrial.

“EM TEMPO”

Por: Edson Schettine de Aguiar

II Ciclo de Encontros FEBiano

A Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB), presidida pelo General de Divisão Marcio Rosendo de Melo (ESG 1996), promoveu a Abertura do II Ciclo de Encontro FEBiano com a palestra do General Ruy Leal Campello, detentor do Bastão de Comando da FEB. O evento foi um grande êxito, pois o General Campello se reportou ao texto do seu livro “Memórias de Combate – Um Capitão de Infantaria da FEB”, (Biblioteca do Exército), e as desafiadoras experiências outras vividas na Itália.

Parabéns ao General Rosendo pela justeza de iniciativa. É mais uma contribuição para que não sejam esquecidas as ações de heroísmo dos nossos pracinhas.

Força Feminina na Marinha

Recebemos do Comandante José Alves de França a excelente publicação “Associação Almirante Prado Maia – Notícias”, com notícias da entidade e da Marinha em geral. Destacamos o texto “Força Feminina cresce na Marinha”, com informações de novas dirigentes em OM/navais. Na direção do Serviço da Seleção do Pessoal de Marinha a CMG (T) Aldner Peres de Oliveira passou o cargo para Jacqueline Espíndola Halpern; a CMG Dalva Maria de Carvalho Mendes assumiu a direção da Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória, e a CMG Helena Campos Hahang passou a exercer a direção da Odontoclínica Central da Marinha.

Parabéns pelos novos encargos e votos de êxitos nas novas missões.

INCAER

Circulando, com excelente conteúdo, o “Noticiário Incaer” nº 65, com grande variedade de informações: a) foi escolhido o Brigadeiro do Ar Reformado Clovis de Athayde Bohrer, cujo nome foi aprovado pelo Tenente Brigadeiro Juniti Saito, para ocupar a cadeira nº 4 do Conselho Superior do INCAER, cujo patrono é Eduardo Pacheco Chaves, aberta desde o falecimento do Tenente Brigadeiro do Ar Octavio Julio Moreira Lima; palestra proferida pelo engenheiro Pedro Veiga Ferraz Pereira – “Embraer, história e desafios” e a palestra do Comandante Geral de Operações Aéreas pelo Tenente Brigadeiro do Ar Gilberto Antonio Saboia Burnier, sobre as atividades do COMGAR.

NOVA REGIONAL

Nasce forte a Representação Regional de Patos de Minas, em Minas Gerais, que já está projetando para o final do mês de julho o início do I CEPE, incluindo uma viagem internacional. O Exmo. Sr. Comandante da Escola Superior de Guerra – ESG – será convidado para ministrar a Aula Magna.

PERFIL ESG



Geraldo Halfeld

nauguramos o Perfil ESG com a notória figura de Geraldo Halfeld, membro vitalício do Conselho Superior da ADESG. Mineiro, nasceu em família humilde a 18 de dezembro de 1918 na pequena cidade de Piau e mudou-se aos cinco anos para Juiz de Fora onde concluiu o curso do Centro de Preparação para Oficiais da Reserva (CPOR) e se formaria em Clínica Odontológica pela Escola de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora.

Em 1966, ingressou na turma Tiradentes da ESG, e ao concluir o curso entrou para o quadro da ADESG. Foi responsável pela criação da representação da mesma em Juiz de Fora e chegou à Presidência da ADESG Nacional durante o biênio de 1984-85.

Membro efetivo do quadro de professores da ESG, Halfeld foi também odontologista, professor, farmacêutico e autor de diversos livros, entre eles “Ciência e Tecnologia”, construído a partir de suas conferências na ADESG. Pai de quatro filhos, faleceu em 2006 deixando imensa contribuição à Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Sua biografia “Cidadão do Mundo – Biografia de Geraldo Halfeld” foi publicada em 2005.



Financiamento Imobiliário

POUPEX

Sua casa própria em 1º lugar

As melhores condições para aquisição de imóvel residencial ou comercial, novo ou usado, construção de imóvel residencial e para aquisição de terreno e de material de construção.

Mais informações: 0800 61 3040 • casapropriapoupeX.com.br

ESCRITÓRIO REGIONAL DA FHE NO RIO DE JANEIRO - ESCRJ

Palácio Duque de Caxias - Ala Cristiano Ottoni - 3º Andar - Centro - 20221-260
Rio de Janeiro-RJ - Fone (21) 2253.8395 e 2253.0102 - Fax (21) 2253.0860

POUPEX Associação de Poupança e Empréstimo

poupeX.com.br



MUNIÇÃO

REPAROS NAVAIS

GERENCIAMENTO DE PROJETOS

CONSTRUÇÃO NAVAL

SISTEMAS NAVAIS

ESTUDOS DO MAR

EMGEPRON - 30 ANOS
EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS



SUPERANDO METAS COM QUALIDADE